

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

COORDENAÇÃO:

Daniela Monteiro Gabbay

Luciana Gross Cunha

Maria Cecília de Araujo Asperti

2024

Sumário

Introdução	1
1 Composição do NAJUPMESC	5
2 Projetos de pesquisa e atividades de extensão	7
2.1 <i>Projetos de pesquisa em andamento</i>	7
2.2 <i>Projetos de extensão</i>	8
2.3 <i>Grupos de estudo e pesquisa</i>	9
3 Produção	11
3.1 <i>Artigos completos publicados em periódicos</i>	11
3.2 <i>Livros publicados ou organizados</i>	11
3.3 <i>Capítulos de livro</i>	12
3.4 <i>Textos em jornais ou revistas, entrevistas e comentários na mídia</i>	12
3.5 <i>Apresentações de trabalho, conferência ou palestra</i>	13
3.6 <i>Outras produções bibliográficas e técnicas</i>	13
4 Eventos	15
4.1 <i>Eventos organizados pelo NAJUPMESC</i>	15
4.2 <i>Eventos com organização de professoras responsáveis</i>	16
4.3 <i>Eventos com participação das professoras responsáveis</i>	16
5 Orientações	18
5.1 <i>Orientações de doutorado</i>	18
5.2 <i>Orientações de mestrado</i>	18
5.3 <i>Orientações de trabalho de conclusão de curso</i>	19
5.4 <i>Supervisão de pós-doutorado</i>	19

Introdução

O Núcleo de Acesso à justiça, Processo e Meios de Solução de Conflito (NAJUPMESC) foi criado no ano de 2023 a partir do grupo de estudos e extensão “Acesso à Justiça e Desigualdades”, que reuniu pesquisadoras e pesquisadores para o estudo e reflexão sobre o tema, suas complexidades e desdobramentos. Com o desenvolvimento das pesquisas e projetos, a fundação do Núcleo teve como objetivo criar um espaço institucional coletivo para a realização de pesquisas aplicadas, projetos de extensão, reunião de estudos e ciclo de debates sobre este grande tema, suas correlações e subáreas. Tendo como foco a produção de conhecimento de impacto em políticas públicas, o Núcleo congrega pesquisadoras e pesquisadores do tema e promove articulações com atores chaves das instituições do sistema de justiça e organizações da sociedade civil.

Atualmente, o NAJUPMESC possui cinco linhas de pesquisa:

1. **Acesso à justiça e a reparação de vítimas de violência estatal:** investigar as experiências de vítimas com o sistema de justiça, principalmente com a justiça civil, a as respostas desse sistema, em demandas que buscam o direito à reparação em casos de violência policial e outras violações perpetradas pelo próprio Estado.
2. **Acesso à justiça e acesso a direitos:** desenvolver de projetos de ensino, pesquisa e extensão focados em promover o diálogo e a construção horizontalizada de saberes jurídicos, com a aproximação com grupos e comunidades vulneráveis e a produção de conteúdos e projetos focados na superação de desigualdades por meio da democratização do saber jurídico.
3. **Acesso à justiça e desastres:** produzir dados acerca do impacto de desastres no Brasil, sob a ótica do acesso à justiça. Em territórios marcados pela acentuada desigualdade, as vulnerabilidades pré-existentes se traduzem em uma maior dificuldade, por parte das comunidades atingidas, de acessar os mecanismos estatais e não estatais de reparação. Quando efetivamente conseguem se fazer

representar por instituições como o Ministério Público e a Defensoria Pública em ações coletivas, esses grupos também sofrem com os obstáculos para a sua representação e participação efetiva. A linha de pesquisa pretende identificar tais obstáculos e os instrumentos disponíveis para o seu enfrentamento.

4. **Justiça Climática e Cidadania:** analisar a relação entre Justiça Climática e Cidadania. Diante da urgência de pensarmos medidas para enfrentar a crise climática, que produz efeitos diversos na organização das sociedades contemporâneas, a pesquisa pretende, a partir de estudos de caso de desastres ambientais no Brasil e da literatura em diferentes áreas do conhecimento, questionar os limites de temas como cidadania, direitos humanos e democracia, sob a perspectiva do sul global.
5. **Meios de solução de conflito:** analisar casos, boas práticas e desafios acerca da escolha e funcionamento da mediação em diferentes contextos, analisando sua contribuição e cuidados necessários à promoção de acesso à justiça, considerando a crescente utilização da mediação em diversos âmbitos, em conflitos individuais e coletivos, públicos e privados, como uma forma de solução de disputa a partir da ótica dos interesses envolvidos, tratando o conflito como uma oportunidade de manter e melhorar relações continuadas.

Ao longo do ano de 2024, o NAJUPMESC, suas professoras responsáveis e seus integrantes desenvolveram atividades de pesquisa, ensino e extensão em âmbito individual e coletivo, com a elaboração de publicações e produtos técnicos que foram concebidos para apresentarem impacto em âmbito acadêmico e prático.

Destacamos o início de 2 (dois) projetos de pesquisa aplicada de longa duração e com fomento interno e externo à fundação, e cujos programas preveem continuidade de andamentos nos anos de 2025 e 2026, e relacionados às linhas de pesquisa principais. Ao mesmo tempo que o Núcleo tem fomentado novas atividades, também consolida projetos importantes desenvolvidos em seu âmbito: houve a continuidade de projetos permanentes e que estiveram relacionados a sua própria fundação, como o Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça, Desastres e Mudanças Climáticas, que caminha

para os seus 3 (três) anos de existência, e o projeto de Extensão Biblioteca Jurídica Popular, vigente por igual tempo.

Ao total, o NAJUPMESC contou com 38 (trinta e oito) produções acadêmicas, dentre diversas categorias de publicação, sendo elas: 10 (dez) artigos completos publicados em periódicos, 2 (dois) livros publicados e/ou organizados, 5 (cinco) capítulos de livro, 4 (quatro) textos e/ ou participações em jornais ou revistas/entrevistas/comentários na mídia, 8 (oito) apresentações de trabalho, evento ou palestra e 9 (nove) outras produções bibliográficas, tais como cursos, materiais didáticos ou prefácios/posfácios de obras acadêmicas.

Para além disso, o Núcleo, no decorrer do presente ano, contou com a atuação semanal do Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça, Desastres e Mudanças Climáticas em reuniões de pesquisa e estudo, além de organização de eixos de trabalho que resultaram em produções coletivas relevantes: *amicus curiae* à Corte Constitucional do Equador e notas técnicas de análise dos planos de governo dos candidatos às prefeituras de Ribeirão Preto e São Paulo no segundo turno das eleições municipais de 2024. Esses produtos contaram com maciça divulgação interna e externa conduzida pelos seus integrantes, pelas redes sociais do Núcleo e, especialmente, pelos meios de divulgação oficiais da FGV Direito SP, como seu site e redes sociais.

Em outro âmbito, o NAJUPMESC concretizou, conjuntamente, a divulgação da chamada “Coleção Justiça Simples”, originada e pensada no bojo do projeto de extensão Biblioteca Jurídica Popular, consistindo em peças processuais produzidas por alunos da FGV Direito São Paulo com o intuito de tornar o conteúdo jurídico do direito de família mais palatável e acessível ao cidadão comum. Esses documentos foram publicados no repositório da Biblioteca Jurídica Popular existente oficialmente como coleção dentro da Coordenadoria Adjunta de Extensão e Relações com a Comunidade no Sistema de Bibliotecas da FGV Direito SP.

O ano de 2024 foi ainda marcado por 2 (dois) eventos promovidos e/ou organizados pelo Núcleo, 3 (três) eventos organizados por professora(s) coordenadora(s) e 10 (dez) eventos que contaram com a participação de uma ou mais professora coordenadora. Destacamos que um desses eventos, a Reunião Aberta do Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça, Desastres e Mudanças Climáticas, destinou-se

justamente à divulgação e debate dos produtos – *amicus* e notas técnicas - mencionados acima.

As professoras coordenadoras do NAJUPMESC também se fizeram de grande presença na produção indireta de outras produções acadêmicas já concluídas ou ainda em curso, através da orientação de 9 (nove) teses de doutorado, 6 (seis) dissertações de mestrado, 2 (dois) trabalhos de conclusão de curso e 1 (uma) supervisão de pós-doutorado.

O balanço das produções acadêmicas e de outras formas de atuação e impacto do Núcleo na comunidade científica e na sociedade civil em geral permite a constatação da existência de um corpo de pesquisa multifacetado, com ramificações em mais de uma área do conhecimento, com profundas intersecções entre o campo jurídico e suas linhas de pesquisa e com vistas a produção de conhecimento científico de impacto e aplicação em políticas públicas locais e nacionais.

1 Composição do NAJUPMESC

Professoras responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Daniela Monteiro Gabbay – FGV Direito SP • Luciana Gross Cunha – FGV Direito SP • Maria Cecília de Araujo Asperti – FGV Direito SP
Pesquisadora responsável	Danieli Rocha Chiuzuli – USP/FGV
Estagiário acadêmico	João Vitor Leite Pessoa – FD/USP
Professores(as) membros(as)	<ul style="list-style-type: none"> • Karina Denari Gomes de Mattos – UFRJ e FGV Direito Rio • Luciana de Oliveira Ramos – FGV Direito SP • Luciana Marin Ribas – FGV Direito SP • Luciana de Souza Godoy – FGV Direito SP • Rodolfo da Costa Manso Real Amadeo – FGV Direito SP • Sidnei Amendoeira Junior – FGV Direito SP • Osny da Silva Filho – FGV Direito SP • Daniel Pereira Campos – FGV Direito SP
Pesquisadores(as) vinculados(as)	Alunos(as) e egressos(as) do Mestrado e Doutorado Acadêmico da FGV Direito SP
	<ul style="list-style-type: none"> • Ana Paula Ribeiro Nani – FGV Direito SP • Julia Carolina Malacrida de Pádua - FGV Direito SP • Luíza Pavan Ferraro – FGV Direito SP • Lívia Cunha de Menezes – FGV Direito SP • Lívia Gonçalves Buzolin – FGV Direito SP • Maurício Buosi Lemes – FGV Direito SP
	Integrantes do Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça, Desastres e Mudanças Climáticas
	<ul style="list-style-type: none"> • Ana Tereza de Carvalho Viana • Chiara Mori Passoni • Damares Lopes de Albuquerque - UFPE • Daniel Pereira Campos – FD/USP • Danieli Rocha Chiuzuli – FD/USP e FGV Direito SP • Danielle Zoega Rosim – FD/USP • Fábio Wendel de Souza Silva – FDRP/USP • Giovana Mira Espindola - UFPI • João Vitor Leite Pessoa - USP • Julia Dinardi Alves Pinto – UFMG • Julia Carolina Malacrida de Pádua - FGV Direito SP • Karina Denari Gomes de Mattos – UFRJ e FGV Direito Rio

	<ul style="list-style-type: none"> • Larissa Cerqueira de Oliveira • Leonardo Custódio da Silva Junior – UFMG • Lívia Cunha de Menezes – FGV Direito SP • Luciana Ziglio - USP • Luísa Martins de Arruda Câmara - FD/USP • Luiz Felipe Miranda Barcellos – FD/USP • Luís Gustavo Bueno Polezi • Maria Cecília de Alvarenga Carvalho – UFMG e FGVCes • Maurício Buosi Lemes • Nayra Beatriz Souza de Miranda • Tiago Scatena • Thaís Temer – FD/USP • Sebastian Abad Jara • Sofia Athanase Dontos – FGV Direito SP
<p>Página do Núcleo</p>	<p>https://direitosp.fgv.br/nucleos-de-pesquisa/nucleo-acesso-justica-processo-meios-solucao-conflito.</p>

2 Projetos de pesquisa e atividades de extensão

2.1 Projetos de pesquisa em andamento

Atualmente, o Núcleo tem desenvolvido 2 (dois) projetos de pesquisa:

Transição Ecológica e Justiça Climática: Desafios e Perspectivas para o Brasil	
Resumo	O projeto pretende, a partir do estudo aprofundado de casos recentes de desastres climáticos, realizar um diagnóstico sobre as políticas públicas, os atores envolvidos e seus respectivos papéis no enfrentamento de desastres climáticos, bem como sobre o acesso à justiça das populações vulneráveis e o papel do sistema de justiça nesses casos, para traçar diretrizes aplicáveis e propor releituras necessárias a conceitos normativos, de modo a adequadamente incorporar questões ligadas à Justiça Climática nas políticas públicas e regulamentações pertinentes.
Vigência	2024 – 2025 (em andamento)
Integrantes	<ul style="list-style-type: none">• Professores responsáveis: Luciana Gross Cunha, Maria Cecília Asperti e Thiago Amparo• Pesquisadoras: Danieli Rocha Chiuuzuli, Lívia Cunha de Menezes, Luísa Martins de Arruda Câmara, Luíza Pavan Ferraro e Pricilla Rocha.
Parceria	Centro de Pesquisa Justiça Racial e Direito da FGV Direito SP
Financiador externo	Instituto Clima e Sociedade (iCS)

Presente e futuro da mediação e conciliação judiciais no Brasil: diagnóstico de práticas, balanço da política judiciária da Resolução n. 125/2010 do CNJ e agenda de desafios	
Resumo	O projeto tem como objetivo realizar um diagnóstico acerca da política nacional de tratamento adequado de conflitos do CNJ (Resolução nº 125/2010) por meio da identificação de aspectos estruturais do CEJUSCs (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania) e NUPEMECS (Núcleos Permanentes de Meios de Solução do Conflito). A pesquisa tem como hipótese que, desde a referida resolução, há um histórico e um processo de adensamento da institucionalização dessa política, retratado por pesquisas na área, sendo este um momento chave para a análise e formulação de diagnósticos sobre esse processo a fim de fornecer subsídios para sua avaliação e construção de agenda de desafios. Trata-se de uma pesquisa de ordem quantitativa e qualitativa: (i) por meio de uma abordagem metodológica quantitativa -

	especialmente, aplicação de questionário fechado -, o projeto pretende desenvolver um banco de dados com o mapeamento de números relevantes dessa política, bem como a formulação de índices e indicadores que apótem balanços sobre sua implementação; (ii) por meio da qualitativa - especialmente, estudo de caso com análise documental e entrevistas - objetiva-se identificar boas práticas e formular uma agenda de desafios. Os resultados esperados são de diagnóstico dessa política judiciária com a elaboração de produtos que potencialmente gerem impactos institucionais e acadêmico-científicos, além da construção de novos indicadores de avaliação dessa política pública.
Vigência	2024 – 2026 (em andamento)
Integrantes	<ul style="list-style-type: none"> • Professoras responsáveis: Daniela Monteiro Gabbay, Luciana Gross Cunha e Maria Cecília de Araujo Asperti
Financiador externo	Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

2.2 Projetos de extensão

O Núcleo tem 1 (um) projeto de extensão em andamento desde 2021, sendo ele:

Biblioteca Jurídica Popular	
Descrição	A Biblioteca Jurídica Popular é um grupo vinculado ao Núcleo de Acesso à Justiça, Processo e Meios de Solução de Conflitos que tem por objetivo promover a democratização do acesso à informação jurídica, como acesso ao sistema de Justiça e ao Judiciário. A Biblioteca tem como principais destinatários, sem prejuízo de outros, pessoas que buscam serviços jurídicos, estudantes engajadas em atividades de assistência jurídica universitária e educadoras de ensino fundamental ou médio que queiram trazer temas jurídicos para a sala de aula.
Vigência	2021 - Até o momento (em andamento)
Site do repositório	https://repositorio.fgv.br/collections/66ba7697-a100-4f20-9ac3-c8af369d7bc4
Publicações de 2024	<p>Coleção Justiça simples: consiste em um trabalho elaborado pelos alunos da graduação em Direito da FGV Direito SP sob a supervisão dos docentes Maria Cecília de Araújo Asperti e Luciano de Godoy, que visa apresentar os instrumentos processuais que envolvem o dia a dia da advocacia na área de direito de família.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Justiça simples: petição inicial de divórcio litigioso. Disponível em:

	<p>https://repositorio.fgv.br/items/7e18d3fd-1f02-4030-a818-df8d2e1ca1af.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Justiça simples: sentença de guarda e visitas. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/af17f3c7-f449-47df-a411-983580323de7. • Justiça simples: decisão curatela provisória. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/c8e58f0b-de33-4ee3-b807-880b33ecba93.
--	---

2.3 Grupos de estudo e pesquisa

O Núcleo desenvolve as atividades de 1 (um) grupo de pesquisa em andamento e com atividades iniciadas em 2022, sendo ele:

Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça, Desastres e Mudanças Climáticas	
Descrição	O Grupo de Estudos Acesso à Justiça, Desastres e Mudanças Climáticas é um projeto de pesquisa composto por pesquisadoras(es) de diversas áreas do Direito e saberes afins, com linhas de pesquisa e de atuação que convergem para a temática de direito dos desastres, gestão de riscos, litigância climática e busca pela participação e centralidade decisória das pessoas atingidas.
Vigência	2022 - Até o momento (em andamento)
Integrantes	<ul style="list-style-type: none"> • Professoras responsáveis: Daniela Monteiro Gabbay, Luciana Gross Cunha e Maria Cecília de Araujo Asperti • Integrantes:
Produções de 2024	<p>O grupo realiza reuniões semanais e, em paralelo à rotina de pesquisa, desenvolveu dois projetos principais neste semestre, sendo eles:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Clima das Eleições: elaboração de notas técnicas com a análise dos planos de governo dos candidatos que concorreram ao segundo turno das eleições municipais de Ribeirão Preto e São Paulo. <ol style="list-style-type: none"> a. Nota técnica de Ribeirão Preto: https://direitosp.fgv.br/sites/default/files/2024-10/o-clima-das-eleicoes-ribeirao-preto.pdf. b. Nota técnica de São Paulo: https://direitosp.fgv.br/sites/default/files/2024-10/o-clima-das-eleicoes-sao-paulo-1.pdf. 2. <i>Amicus Curiae</i> à Corte do Equador: elaboração de documento de amicus curiae apresentado à Corte

	<p>Constitucional do Equador a respeito do caso número 1489-21-EP. Trata-se de caso acerca do derramamento de petróleo no oleoduto às margens dos rios Napo e Coca.</p> <p>a. Documento do amicus: https://direitosp.fgv.br/sites/default/files/2024-11/amicus_1489-21-ep.docx.pdf.</p>
<p>Página do grupo</p>	<p>https://direitosp.fgv.br/projetos-de-pesquisa/grupo-estudos-acesso-justica-desastres-mudancas-climaticas.</p>

3 Produção

3.1 Artigos completos publicados em periódicos

- GLEZER, R. E.; BARBOSA, A. L. P.; **CUNHA, Luciana Gross**. A uniformidade inusitada dos Tribunais de Justiça contra o Covid-19: uma análise empírica de litígio subnacional em contexto de tensões federativas. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. XX, p. 1-27, 2024.
- GONÇALVES BUZOLIN, L.; **CUNHA, Luciana Gross**. Sexual and reproductive rights in the Brazilian congress: a decade of struggle (2010s). REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. XX, p. 1-10, 2024.
- FERRARO, L. P.; **CUNHA, Luciana Gross**. Todo cidadão tem o direito a uma moradia digna, mas não a minha?: percepções sobre as zonas especiais de interesse social pelos moradores da cidade de São Paulo. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO URBANÍSTICO, v. 18, p. 89-116, 2024.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci; **CUNHA, Luciana Gross**; RAMOS, L. O. Medindo o apoio público ao Supremo Tribunal Federal: confiança e legitimidade institucional. OPINIÃO PÚBLICA, v. 30, p. 1-29, 2024.
- MOUALLEM, Pedro Salomon Bezerra; **CUNHA, Luciana Gross**; BARBIERI, CATARINA HELENA CORTADA; NOYA, HENRIQUE CRUZ; BUZOLIN, LÍVIA GONÇALVES. REVISTA DIREITO GV EM NÚMEROS: BALANÇO DE 2023 E PERSPECTIVAS PARA 2024. REVISTA DIREITO GV (ONLINE), v. 20, p. 2400-2400, 2024.
- **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo**; CHIUZULI, Danieli Rocha SUPREMO CONCILIADOR? REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, v. 10, p. 450-499, 2024.
- CHIUZULI, Danieli Rocha; **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo**. Uma experiência de ensino e aprendizagem em processo civil a partir de um caso complexo: os fatos (não) estão só nos autos. GVCasos - Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração, v. 14, p. a8, 2024.
- **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo**; MATTOS, K. D. G.; TEMER, T. BETTER THAN NOTHING? The use of the idea of 'rough justice'. REVISTA DIREITO GV (ONLINE), v. 20, p. e2425, 2024.
- **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo**; TEMER, T. Dano moral coletivo no Brasil: parâmetros para adequada quantificação e destinação dos valores. Civilistica.com - Revista Eletrônica de Direito Civil, v. 13, p. 1-31, 2024.
- **GABBAY, Daniela Monteiro**; PRADO, V. M. ; NANI, A. P. R. . Acesso à justiça e proteção de investidores: por que precisamos da arbitragem coletiva no mercado de ações?. REVISTA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO, v. 80, p. 263-280, 2024.

3.2 Livros publicados ou organizados

- **CUNHA, Luciana Gross**; BUZOLIN, L. G.; MARGARIDO, L. C. (Orgs.). Pesquisas em Direito e Desenvolvimento: metodologias, perspectivas teóricas, limites e desafios. 1. ed. São Paulo: FGV Direito SP, 2024. v. 1. 236p.
- TARTUCE, F. (Org.); LORENCINI, M. A. G. L. (Org.); FUOCO, P. F. (Org.); **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo**. (Org.); **CHIUZULI, D. R.** (Org.). Soluções Consensuais e Advocacia. 1. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2024. v. 1. 173p.

3.3 Capítulos de livro

- **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo**; DELBONI, B. K. Jurisprudência, precedente e súmula no CPC/2015: proposta de interpretação sistemática do artigo 927. In: Luciano Saboia Rinaldi de Carvalho; José Roberto Mello Porto. (Org.). O Processo nos Tribunais. 1ed, 2024, v., p. 771-792.
- **GABBAY, Daniela Monteiro**; BERTHO, B. B. Mecanismos consensuais de solução de conflitos: aplicabilidade e benefícios nas disputas de infraestrutura e construção. In: Adriana Regina Sarra de Deus; Fernando Maluf; Maria Virginia N do A Mesquita Nasser; Mateus Pires Zottarelli; Ricardo Medina Salla. (Org.). Arbitragem, infraestrutura e direito da construção. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, Thomson Reuters, 2024, v. , p. 243-251.
- **GABBAY, Daniela Monteiro**; NANI, A. P. R.; BARROS, Vera Cecília Monteiro de ; CANAL, B. H. L. . Mediação empresarial: números, práticas e tendências analisadas a partir de pesquisa empírica. In: Ana Cláudia Rodrigues Theodoro; Flávia Pereira Hill; Humberto Dalla Bernardina de Pinho. (Org.). DESJUDICIALIZAÇÃO: ATUALIDADES E NOVAS TENDÊNCIAS. 1ed.Londrina: Editora Thoth, 2024, v., p. 333-350.
- **GABBAY, Daniela Monteiro**; BARROS, Vera Cecília Monteiro de ; NANI, A. P. R. ; CANAL, B. H. L. Mediação empresarial: números, práticas e tendências analisadas a partir de pesquisa empírica. In: Equipe Revista dos Tribunais. (Org.). Dispute board: prevenção e resolução de conflitos de alta complexidade. 1ed.Sao Paulo: Thomson Reuters: Revista dos Tribunais, 2024, p. 180-200.
- **CUNHA, Luciana Gross**. A produção acadêmico-científica no direito: uma leitura pessoal. In: CUNHA, Luciana Gross; BUZOLIN, L. G.; MARGARIDO, L. C. (Orgs.). Pesquisas em Direito e Desenvolvimento: metodologias, perspectivas teóricas, limites e desafios. 2. ed. São Paulo: FGV Direito SP, 2024. v. 1. 236p

3.4 Textos em jornais ou revistas, entrevistas e comentários na mídia

- **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo**; REBELO, P. A.; FRANCISCO, J. E. A culpa é dos autistas? Carta Capital, 15 jan. 2024.

- **CUNHA, Luciana Gross.** Apesar de medidas afirmativas, diversidade no Judiciário ainda é desafio, aponta FGV. 2024. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
- **CUNHA, Luciana Gross.** Venda de sentenças e a corrupção na justiça. Podcast Café da Manhã. 2024 (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
- APRIGLIANO, R.; **GABBAY, Daniela Monteiro.** O Trato | Medidas de Urgência na Arbitragem: o que difere do Processo Civil?. 2024. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

3.5 Apresentações de trabalho, conferência ou palestra

- **CUNHA, Luciana Gross; CHIUZULI, D. R.** Assessorias Técnicas Independentes, desastres e acesso à justiça. XIII Encontro de Pesquisa Empírica em Direito, 2024. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo.** Painel II: Desafios socioambientais associados aos desastres - Acesso à Justiça e Desastres. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo.** Litigância predatória. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- **ASPERTI, Maria Cecilia Araujo; GABBAY, Daniela Monteiro; COSTA, Susana Henriques.** ACCESS TO JUSTICE AND STRUCTURAL LITIGATION IN DISASTERS AND CLIMATE CHANGE CASES. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- **GABBAY, Daniela Monteiro; GUGEL, M. A. ; KHOURY, N. E. C. .** Iniciativas para promover a diversidade e inclusão na resolução consensual de conflitos. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- **GABBAY, Daniela Monteiro.** Masterclass de negociação. 2024. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- **GABBAY, Daniela Monteiro; SOUZA, E. R. A. B. ; LESSA, J. ; GOULART, D. F. ; NOBREGA, A. T. .** Roda de conversa sobre resolução de disputas. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- **GABBAY, Daniela Monteiro.** Processo Civil e Meios consensuais. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

3.6 Outras produções bibliográficas e técnicas

- **CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O.; FIRMINO, I. F. C.; BERNARDINO, K. P.; BENEDITO, A.** OPERACIONALIZANDO A EQUIDADE RACIAL NO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO NO 203/2015

DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. São Paulo: FGV Direito SP, 2024 (Sumário Executivo).2.

- **CUNHA, Luciana Gross;** BUZOLIN, L. G.; MARGARIDO, L. C. Pesquisas em Direito e Desenvolvimento: metodologias, perspectivas teóricas, limites e desafios. São Paulo, 2024. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação).
- **CUNHA, Luciana Gross.** Apresentação - Pesquisando elites jurídicas burocráticas a partir do Direito e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2024. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação).
- **CUNHA, Luciana Gross.** 3º Curso de Extensão em Direitos Humanos. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
- **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo;** TARTUCE, F.; FREITAS, C. R. Z. R. Advocacia Negocial: habilidades relevantes. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
- **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo;** GODOY, L. S.; FERNANDES, C.; HIRS, L.; SCATENA, M.; CARVALHO, M. L.; SAUAIA, M. T.; SIMONOVITCH, S.; MOLLOY, U. Justiça simples: petição inicial de divórcio litigioso. 2024. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material Didático).
- **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo;** GODOY, L. S.; CHIESA, A.; SCHMITT, E.; HEILMANN, F.; PASCHOAL, F.; GARCIA, G.; LITZ, T. Justiça simples: sentença de guarda e visitas. 2024. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material Didático).
- **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo;** GODOY, L. S.; SOARES, C.; WINKEL, E.; PAGNONCELLI, G.; OLIVEIRA, M. E.; ALMEIDA, M.; ALVES, N.; VELOSO, P.; SANTOS, T. Justiça simples: decisão curatela provisória. 2024. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material Didático).
- **ASPERTI, Maria Cecília de Araujo;** **GABBAY, Daniela Monteiro;** COSTA, Susana Henriques. ACCESS TO JUSTICE AND STRUCTURAL LITIGATION IN DISASTERS AND CLIMATE CHANGE CASES. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

4 Eventos

4.1 Eventos organizados pelo NAJUPMESC

Reunião Aberta Grupo de Acesso à Justiça, Desastres e Mudanças Climáticas	
Data	09/12/2024
Descrição	<p>O Núcleo de Acesso à Justiça, Processo e Meios de Solução de Conflitos (Najupmesc) da FGV Direito SP convida a todas e todos para reunião aberta do Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça, Desastres e Mudanças Climáticas, que tem como objetivo apresentar as atividades e produções desenvolvidas no ano de 2024 e debater caminhos para o ano de 2025.</p> <p>O Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça, Desastres e Mudanças Climáticas tem desenvolvido projetos que buscam uma maior incidência no debate público sobre temas relevantes como gestão de riscos de desastres e mudanças climáticas, como também formas de atuação que sejam aplicáveis às políticas públicas e/ou mobilizações do sistema de justiça a fim de garantir direitos fundamentais e o efetivo acesso à justiça de pessoas e comunidades atingidas.</p> <p>A participação do público externo ao grupo contribuirá para uma interlocução sobre essas atividades, devolutivas sobre os materiais produzidos e reflexões sobre novas formas de incidência.</p>
Divulgação	https://direitosp.fgv.br/eventos/reuniao-aberta-grupo-acesso-justica-desastres-mudancas-climaticas

Grupo de Trabalho “Acesso à Justiça, Mudanças Climáticas e Desastres” no XIII Encontro de Pesquisa em Direito (EPED)	
Data	26 a 30/08/2024
Coordenação	Karina Denari Gomes de Mattos; Danieli Rocha Chiuzuli
Descrição	<p>Este GT busca congrega pesquisas do campo e propiciar a construção de perspectivas para a participação efetiva de pessoas vulneráveis aos riscos climáticos e pessoas atingidas por eventos climáticos extremos e desastres em procedimentos judiciais e extrajudiciais que lidem com os riscos e os danos por elas sofridos. Parte-se da premissa de que há relevantes barreiras no acesso à justiça de pessoas vulneráveis e atingidas e que, por meio do estudo de casos no Brasil e no exterior, é possível ampliar o catálogo de medidas voltadas ao fortalecimento dessa participação. Os impactos dos eventos climáticos extremos e de desastres são ainda mais severos em territórios marcados pela acentuada desigualdade, nos quais o grau de exposição e as vulnerabilidades pré-existentes são elementos que influem na severidade das consequências desses eventos. Essas vulnerabilidades também se traduzem em uma maior dificuldade de acessar mecanismos estatais e não estatais de prevenção e de reparação. Temáticas sugeridas:</p>

	tratamento dado pelos direitos humanos aos desastres e às mudanças climáticas; perspectiva das vulnerabilidades no tratamento de desastres; a interseccionalidade como paradigma e ferramenta de análise dos desastres e grupos sociais atingidos; o racismo ambiental e climático; o direito à moradia frente aos desastres; o papel de capacidades municipais na gestão de riscos (defesa civil, corpo de bombeiros, instrumentos de planejamento, etc) e da educação em direitos; formas de tratamento de danos sofridos por grupos culturalmente diferenciados (PCT); processo estrutural e litigância climática; a relação entre litígio em desastres e litígios climáticos; desenho de solução de disputas etc.
Resumos do GT publicados em anais	https://www.even3.com.br/anais/xiii-eped/ .

4.2 Eventos com organização de professoras responsáveis

- **CUNHA, Luciana Gross**; VIEIRA, Oscar Vilhena. Seminários FGV Direito SP e FGV EESP – Desafios do STF para os próximos anos. 2024 (Seminário).
- **CUNHA, Luciana Gross**; RAMOS, L. O.; BENEDITO, A.; FIRMINO, I. F. C.; BERNARDINO, K. P. OPERACIONALIZANDO A EQUIDADE RACIAL NO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO NO 203/2015 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. 2024. (Outro).
- **CUNHA, Luciana Gross**; ROS, L. Área Temática Política, Direito e Judiciário. 2024. (Congresso).

4.3 Eventos com participação das professoras responsáveis

4.3.1 Luciana Gross Cunha:

- 14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Área Temática Política, Direito e Judiciário. 2024. (Encontro).
- 14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. MR10 - Abuso e viés no processo de empoderamento judicial no Brasil?. 2024. (Encontro).
- 2024 Annual Meeting on Law and Society program: Separate & Unequal. People-Center Access to Justice: Global Insights. 2024. (Congresso).
- Autocratization Dynamics (INTPART). Innovations in Research-Embedded Learning. 2024. (Encontro).
- Bergen Exchanges on Law & Social Transformation. Studying Effects of Law. 2024. (Simpósio).

- XIII Encontro de Pesquisa Empírica em Direito - EPED. Assessorias Técnicas Independentes, desastres e acesso à justiça. 2024. (Encontro).

4.3.2 Daniela Monteiro Gabbay

- 2024 Law & Society Annual Meeting. ACCESS TO JUSTICE AND STRUCTURAL LITIGATION IN DISASTERS AND CLIMATE CHANGE CASES. 2024. (Seminário).
- 23o Congresso Internacional de Arbitragem do CBAR. 2024. (Congresso).

4.3.3 Maria Cecília de Araujo Asperti

- Curso de Aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento dos juízes do 189º concurso de ingresso na magistratura. Litigância predatória. 2024. (Outra).
- Seminário Conjunto sobre Mudanças Climáticas: Uma abordagem interdisciplinar. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Painel II: Desafios socioambientais associados aos desastres - Acesso à Justiça e Desastres. 2024. (Seminário).
- 2024 Law & Society Annual Meeting. ACCESS TO JUSTICE AND STRUCTURAL LITIGATION IN DISASTERS AND CLIMATE CHANGE CASES. 2024. (Seminário).

5 Orientações

5.1 Orientações de doutorado

5.1.1 Luciana Gross Cunha

- Helena Hime Funari. Entre mudanças institucionais: participação política nos modelos de financiamento de campanha brasileiro. Início: 2024. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. (Orientador).
- Karine de Paula Bernardino. Mapeando desigualdades: uma visão crítica das profissões jurídicas no Brasil. Início: 2024. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. (Orientador).
- Camila Maria de Lima Villarroel. Acesso à justiça para crianças e adolescentes em casos de pornografia infanto-juvenil: um estudo jurimétrico. Início: 2023. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV. (Orientador).
- Felipe Luciano Pires. A construção institucional da Advocacia-Geral da União e a análise exclusiva dos aspectos jurídicos. Início: 2023. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV. (Orientador).
- Maurício Buosi Lemes. Avaliação do desempenho dos núcleos especializados da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na contribuição em processos de produção de políticas públicas. Início: 2021. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. (Orientador).
- Julia dos Santos Drummond. Racismo Cotidiano e Branquitude: os desafios enfrentados por mulheres negras no acesso à justiça em ações de família na cidade de São Paulo. Início: 2021. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. (Orientador).
- Luiza Ferraro Pavan. O que são as cidades construídas, sem a sabedoria do povo?: direito à cidade e democracia no bairro do Bixiga. Início: 2021. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. (Orientador).

5.2 Orientações de mestrado

5.2.1 Luciana Gross Cunha

- Daniel Lucas Dejavite De Biagio. O Desenho Jurídico-Institucional Do Comitê Intersetorial Da Política Municipal Para A População Em Situação De Rua: Impactos Em Políticas Públicas Na Cidade De São Paulo. Início: 2024. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. (Orientador).
- Amanda de Moraes Modotti. Advocacia Pública e Litigância Climática: limites e possibilidades. Início: 2023. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão e Políticas Públicas) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP. (Orientador).
- Lívia Cunha de Menezes. Litigância climática no Sul Global: contribuições a partir da experiência brasileira. Início: 2023. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV. (Orientador).

5.2.2 Daniela Monteiro Gabbay

- Sofia Athanase Dontos. Uma análise dos mecanismos estruturais de participação nos desastres da Samarco, Vale e Braskem. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Fundação Getulio Vargas. Orientador: Daniela Monteiro Gabbay.
- Yumi Sato Alves. Abrangência objetiva da cláusula compromissória. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Fundação Getulio Vargas. Orientador: Daniela Monteiro Gabbay.
- William Thibodeaux Andrade Costa. Contratos Empresariais B2B na Era Digital: Conformidade com a LGPD e Eficiência na Resolução de Conflitos por Arbitragem. Início: 2023. Dissertação (Mestrado profissional em Mestrado em Direito) - Fundação Getulio Vargas. (Orientador).

5.3 Orientações de trabalho de conclusão de curso

- Ana Maria Gaino Minussi. Recursos Especiais Repetitivos e a importância dos elementos dos recursos representativos da controvérsia. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Getulio Vargas. Orientador: Maria Cecília de Araujo Asperti.
- Carolina Sanz Prisco. A reparação fluída no processo coletivo brasileiro: um estudo empírico sobre a aplicação do instituto na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Getulio Vargas. Orientador: Maria Cecília de Araujo Asperti

5.4 Supervisão de pós-doutorado

- Delton Aparecido Felipe. Início: 2021. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Orientadora: Luciana Gross Cunha.